



CAMPO ABERTO

Gisele Loeblein
gisele.loeblein@zerohora.com.br
zhora.co/giseleloeblein
3218-4709

CESA AINDA FECHOU NO VERMELHO, MAS NEM TANTO

A divulgação do balanço da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa) de 2014 revelou que a companhia fechou o ano, mais uma vez, no vermelho. Apesar de persistir, o prejuízo no exercício diminuiu de tamanho: ficou em R\$ 25,32 milhões, ante R\$ 62,67 milhões do ano anterior.

Resultado que não é obra do acaso, na avaliação do ex-presidente Márcio Pilger, que esteve à frente da estatal de abril de 2013 até o fim do ano passado.

Para Pilger, entre 2009 e 2014, a Cesa foi submetida "a ações de gestão":
– Era coisa que não se tinha há 20 anos. Se repetir a mesma lógica de 2014, em 2015, poderíamos ter um ano sem prejuízo.

Atual presidente da companhia, Carlos Kercher reconhece que houve avanço na gestão anterior na geração de receita operacional. Diz que agora vai buscar superar obstáculos existentes, para tentar manter a estatal viável. Entre as metas a serem perseguidas, afirma, está a de redução das perdas na armazenagem. Outras ações

terão como foco ampliar a quantidade de produto armazenado – a capacidade é de 600 mil toneladas – e o número de clientes. A ideia é fazer o resultado operacional bruto voltar a crescer: passou de R\$ 5,8 milhões em 2013 para R\$ 2,11 milhões em 2014.

O maior problema da estatal segue sendo dívidas e passivos – entre os quais pesam os trabalhistas – acumulados ao longo de anos.

O patrimônio líquido ficou em R\$ 257 milhões negativos. Diminuir essa negatividade, segundo Kercher, também é

um objetivo. Para isso, a negociação com o BRDE, com quem a estatal tem dívida de R\$ 56,8 milhões, é apontada como fundamental – cálculo pericial feito a pedido da Cesa indicou que a quantia seria menor, R\$ 18,53 milhões.

– Independentemente do valor, essa negociação é fundamental para o resultado de 2015 – avalia o atual presidente.

Diagnóstico com propostas e avaliação da entidade deve ser apresentado ainda nesta semana ao governo. É de lá que virá o indicativo se ainda há futuro para a Cesa.



LUIS ANTONIO FERRELL/ESPRESSO, BR, 11/07/2015

Por decisão unânime, o conselho de administração da Federação das Cooperativas Agropecuárias do

Estado (Fecoagro-RS) decidiu que vai tentar abrir negociação com a Monsanto para redução da cobrança dos royalties da segunda geração de soja transgênica, a Intacta RR2. A informação de que a entidade tomara posição sobre o tema foi antecipada pela coluna na segunda-feira.

Ontem, houve entendimento dos cinco conselheiros e de dois diretores da entidade de que há espaço para conversar com a empresa. Grupo de trabalho, formado por conselheiros, diretores e áreas comercial e jurídica vai tentar marcar reunião com a multinacional para tratar do assunto.

Dois pontos estão na mira: o pagamento sobre a produção, com a sugestão de que seja feito apenas na aquisição da semente, e a diminuição do valor por hectare, de R\$ 118.

A lógica da proposta é garantir a remuneração pelo desenvolvimento da

PELA NEGOCIAÇÃO DE ROYALTIES

tecnologia, mas com um valor que não seja considerado excessivo.

A preocupação, segundo a entidade, é que, com o alto custo atual, muitos

produtores gaúchos optem por salvar a semente por conta própria.

– Ahamos que nossa proposta é boa em todos os sentidos. Remunera quem cria a tecnologia e incentiva uso da semente legal – observa Paulo Pires, presidente da Fecoagro.

A Monsanto ainda não se manifestou sobre o assunto. A segunda geração de soja transgênica entrará na safra 2015/2016 em seu terceiro ciclo comercial. Os valores de royalty foram definidos no primeiro.

A Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (Abrassem) diz ver com preocupação o posicionamento sobre a cobrança na produção (a chamada cobrança na moega).

– Foi fundamental para organizar o modelo de sementes no Brasil. Sem pagamento na moega, o produtor salva semente – entende Narciso Barison Neto, presidente do conselho de administração da Abrassem.

A inspeção de produtos de origem animal e vegetal no Estado estará em pauta, amanhã, em audiência pública da Assembleia Legislativa, proposta pelo deputado Gabriel Souza (PMDB). O evento será no Solar dos Câmara.

NO RADAR

O MINISTÉRIO DA FAZENDA deu sinal verde para a liberação de R\$ 390 milhões referentes ao pagamento das apólices de seguro rural do ano de 2014 que ainda estavam pendentes. O anúncio de que o dinheiro finalmente será repassado às seguradoras veio do Ministério da Agricultura.

OS PRIMEIROS EMBARQUES DE CARNE BOVINA BRASILEIRA PARA A CHINA, ENTRE 7 MIL E 10 MIL TONELADAS, DEVERÃO SER FEITOS ATÉ O FINAL DESTA SEMANA, SEGUNDO A ABIEC. O MERCADO CHINÊS E O AMERICANO – ABERTO NESTA SEMANA – DEVERÃO REFORÇAR AS EXPORTAÇÕES DO SETOR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2015.

COMPETITIVIDADE À PROVA

A possibilidade de redução do percentual de crédito presumido está mobilizando representantes das indústrias de carnes e leite do Estado. Projeto de lei do Executivo (PL-214/2015) que está à espera de parecer na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia limita a apropriação do crédito presumido, de 2016 a 2018, a 70% – atualmente é de 100% – nas operações intermunicipais e interestaduais.

Ontem, entidades fizeram peregrinação pelos gabinetes de deputados para alertar para o que entendem ser um risco à competitividade do Estado, em um cenário de guerra fiscal.

– Além das questões tributárias, há outros fatores que fragilizam os produtos gaúchos – afirma Rogério Kerber, diretor-executivo do Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos do Estado (Sips).

Na lista dos fatores que atrapalham a colocação do produto gaúcho, Kerber cita custos com milho que precisa ser trazido de fora – a produção não é suficiente para dar conta da demanda –, energia elétrica, licenciamento e frete até os centros consumidores.

– Se aprovado, o projeto terá efeito colateral ruim. Não podemos concordar que o Estado fique em posição desvantajosa – completa o presidente do Sips.



LUIS FERREIX/ESPRESSO, BR, 20/08/2015